

não é? Mas participou conosco ali, mas é um doutor. Gosta da fisioterapia. Se apaixonou. Não tem como não se apaixonar se apaixonar pela fisioterapia.

Quero também cumprimentar todos os vereadores presentes aqui hoje. Muito importante a presença de fisioterapeutas vereadores. Nós vamos ser terapeutas ocupacionais, também, vereadores. Nós vamos, juntos, nesse elo mesmo da política, crescer.

Pessoal, eu quero aqui cumprimentar a Dra. Patrícia, que tem feito um trabalho excelente como o vice-presidente no Crefito-3. Tivemos ali, em 2021, a primeira reunião ali com o nosso querido presidente da Frente Parlamentar de Valorização da Fisioterapia e Terapia Ocupacional, o Dr. Carlos Cezar, nosso deputado, irmão querido, e eu tenho certeza que essa garra, essa vontade da Dra. Patrícia (Inaudível.) no estado, tem feito a diferença para terapia ocupacional.

E quero aqui cumprimentar meu companheiro, amigo, (Inaudível.) Dr. Rafael. Rafael genes. Não tem como não falar do presidente e não ver a revolução que está acontecendo, ele, juntamente com a Dra. Patrícia, fazendo no estado. É uma revolução, doutor.

Este momento que nós estamos vivendo aqui é um momento único. Tenho certeza que vai marcar, já marcou a história do estado de São Paulo, porque poucos acreditavam que nós iríamos viver este momento.

Poucos acreditavam que a fisioterapia e a terapia ocupacional seriam valorizadas de tal maneira, em uma Casa de representatividade igual a Alesp. Parabéns pela sua articulação. Parabéns pela sua gestão como doutor, como presidente mesmo, e como gestor. Era o que o Crefito estava precisando.

Então, você tem feito a diferença. Gente, não é fácil. Olha o tanto de colegas que nós estamos aqui hoje, que nós conseguimos juntos fazer a diferença. Então, parabéns, Dr. Rafael. Quero aqui cumprimentar meu querido companheiro do Legislativo.

Como é bom fazer parte de um projeto que chama “Projeto Cidadania”, um projeto, no qual eu represento, que parte sim no segmento religioso que é a Igreja do Evangelho Quadrangular, e, juntos, pessoal, nós conseguimos articular.

O deputado Carlos Cezar já fazia um trabalho brilhante na área da Saúde, mas, depois que nós juntos ali procuramos ele, e falamos assim: “vamos juntos, vamos criar uma frente parlamentar de valorização da fisioterapia terapia ocupacional?”.

Ele não mediu esforços. No mesmo momento falou assim: “vamos criar. Vamos fazer a diferença. Porque é daqui que nós vamos conseguir construir políticas públicas”. Então, parabéns, meu deputado. Parabéns pelo legado que você tem deixado no nosso estado.

E o que falar da fisioterapia e terapia ocupacional? Neste momento, nós ficamos, sim, emocionados. Porque eu, há anos e anos... o Dr. Rafael sempre falava assim: “dois eixos que nós precisamos viver na fisioterapia”. Que seria o quê? A politização da classe e a evidência científica.

E hoje nós estamos vivendo isso. E não era utopia. Tenho aqui colegas que eu sempre falei, quando você constrói políticas públicas, você vai fazer a diferença na classe.

Vai nós pegar - igual a nós, que estamos lá na ponta, em Araçatuba, perto do Mato Grosso -, porque, quando forem colocados PLS aqui, projetos de lei, vão impactar o estado todo e vão impactar a ponta. Eu quero terminar aqui. Nós vamos continuar, nosso deputado. Já vou deixar dois pedidos aqui, já.

Quais dois pedidos eu vou deixar? Nós temos o PL 137, da fisioterapia, que é fisioterapeuta 24 horas nas UTIs. Nós precisamos andar com esse PL nesta Casa, precisamos fazer ele ser eficaz. Sabemos que as áreas que mais cresceram no momento de pandemia foram o quê?

A fisioterapia respiratória e a fisioterapia hospitalar. Também quero dizer aqui, deixar outro PL: o PL da TO, no Judiciário. Nós precisamos fazer esse PL andar aqui nesta Casa, para que, assim, juntos, consigamos abrangeir mais projetos no estado de São Paulo que valorizem essa classe.

Então, deixo aqui o meu cumprimento e quero dizer o seguinte: herança, nós deixamos para as pessoas; legado, nós deixamos nas pessoas. Meu deputado, meu presidente, minha vice-presidente, Dra. Renata, vocês têm deixado um legado para o estado de São Paulo.

Que Deus abençoe cada um. Sozinho, vou mais rápido; juntos, vamos mais longe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Bom, eu quero rapidamente só aqui parabenizar mais uma vez o Maurício Bem Estar por essa determinação, essa vontade de fazer junto.

Eu acho que todos nós aqui sabemos que nós só vencemos quando estamos juntos, unidos. Nós somos seres humanos sociáveis e precisamos estar cada vez mais convertidos à mesma causa. Aqui, é esse o intuito na criação dessa frente parlamentar.

Na verdade, uma frente parlamentar é uma associação de deputados de diversos partidos que se destina a promover, juntamente com representantes da sociedade civil e órgãos públicos ou afins, a discussão e o aprimoramento da legislação e das políticas públicas para o estado de São Paulo referentes a um determinado seguimento, a um determinado setor. No caso de hoje, é claro, é em defesa das legítimas demandas dos fisioterapeutas e dos terapeutas ocupacionais.

A base legal que dá respaldo a essa nossa iniciativa está na Resolução nº 870, de abril de 2011. Aqui, nós vamos destacar essa importância desses dois profissionais, seja o fisioterapeuta ou o terapeuta ocupacional, principalmente da relevância e do quanto fundamental foi para a Saúde pública, e é para a Saúde pública, o trabalho desenvolvido por esses profissionais.

A sociedade brasileira já reconheceu isso, essa importância vital da fisioterapia e da terapia ocupacional - é claro, por ocasião da pandemia da Covid-19. Até hoje, nós temos ali vivas em nossa memória aquelas imagens impactantes de UTIs lotadas, com abnegados profissionais tentando preservar a vida dos pacientes infectados pelo coronavírus.

Os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais foram essenciais, tanto na reabilitação de pessoas contaminadas pelo vírus e internadas nos hospitais como também no tratamento aos pacientes que precisam conviver, muitas vezes, com sequelas daquela e, também, de outras doenças.

Aliás, antes mesmo de a pandemia ser declarada pela Organização Mundial da Saúde, a profissão de fisioterapeuta foi listada entre as carreiras mais promissoras do presente e do futuro, segundo o relatório Jobs of Tomorrow: Mapping Opportunity in the New Economy, apresentado em janeiro de 2020 no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça.

Então, o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região - Crefito-3, hoje, possui cerca de 87.134 fisioterapeutas e 6.394 terapeutas ocupacionais ativos no estado de São Paulo, fazendo com que os profissionais paulistas representem cerca de 20% dos profissionais credenciados em todo o País, em todo o Brasil.

A fisioterapia é a ciência responsável por restaurar, desenvolver, conservar a capacidade física do paciente nas especialidades muscular, ortopédica, cardiopulmonar, respiratória, neurológica, entre outras. Já a terapia ocupacional é um campo de conhecimento e de intervenção que envolve o bem-estar seja nas esferas da saúde, educação e social.

Também são categorias essenciais nas redes públicas e particulares de Saúde, sendo mais do que oportuno a Assembleia Legislativa de São Paulo ser parceira na defesa desses profissionais, o que acarretará, sem dúvida alguma, benefícios para toda a sociedade, principalmente, como já dito aqui pela Dra. Patrícia, para a população que depende do SUS, o Sistema Único de Saúde, que para mim é o melhor sistema do mundo, porque iguala todos nós e também aqueles pacientes também do SUS.

Eu tive a honra de ser o relator designado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a CCI, comissão mais importante desta Casa, para analisar e dar parecer, vereador

Maurício Bem Estar, ao Projeto de lei 137/2020, de autoria da minha amiga querida, deputada Janaina Paschoal, com quem conversei há pouco.

Elá, infelizmente, teve uma situação inoportuna que aconteceu de imediato e não pôde estar presente aqui, mas gostaria muito de estar presente.

Esse projeto de autoria dela toma obrigatória a presença de profissional fisioterapeuta nas unidades de terapia intensiva, na UTI adulta e pediátrica. O nosso parecer foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em fevereiro de 2021, e atualmente esse projeto de lei está pronto para ser votado no plenário da Alesp.

Não tenham dúvida do nosso esforço. E agora, somado ao esforço se todos os senhores e senhoras, nós vamos com mais força ainda para que ele seja aprovado também no plenário desta Casa. Nós vamos lutar bastante, pode contar com isso.

Ele já tramitou, tendo parecer favorável não só na Comissão de Constituição e Justiça, mas também na de Finanças, Orçamento e Planejamento. Então, só para nós concluirmos aqui, é bom sabemos que nós podemos contar com a fisioterapia, com o fisioterapeuta, com aqueles que trabalham na terapia ocupacional em todos os níveis de atenção à saúde, desde a prevenção, educação, proteção à saúde, até a recuperação do paciente em ambiente hospitalar, ambulatorial, em clínicas, consultórios e centros de saúde.

Fica aqui a nossa homenagem, o nosso respeito e admiração a tão honrada classe de profissionais, que são vocês. Por isso, quero até pedir uma salva de palmas a todos vocês. Parabéns a vocês que estão aqui presentes, que estão na galeria, e a vocês que nos acompanham também através da internet e através da TV Alesp. (Palmas.)

Eu quero aqui deixar bem claro que é um fato que os fisioterapeutas e os terapeutas ocupacionais brasileiros atuam em prol da Saúde Pública em todos os níveis de atenção, desde o mais básico até o complexo. Eu tive uma experiência pessoal de ficar cerca de 10 dias praticamente na UTI com o meu sogro, que o Senhor recolheu em março do ano passado.

Ele estava na UTI de um hospital, e nós vímos de perto o quanto importante é o trabalho que os senhores e as senhoras fazem na recuperação e principalmente no cuidado que têm com aqueles pacientes que estão numa situação muitas vezes complicada, principalmente numa UTI.

Então esses profissionais merecem o nosso profundo reconhecimento por estarem também na linha de frente dos cuidados avançados baseados nas melhores evidências científicas.

Portanto, nós vamos juntos promover os avanços que essas valerosas categorias de profissionais merecem. Assim sendo, eu quero reafirmar aqui o trecho final do parecer favorável que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o parecer que eu dei. Eu quero relê-lo aqui para os senhores e as senhoras. Diz assim:

“É importante destacar que esta proposição não pretende invadir a competência legislativa do Poder Executivo, quer estadual, quer federal, tampouco ditar normas regulamentares específicas e de competência exclusiva da administração, mas apenas objetiva legislar prioritariamente na defesa da Saúde Pública, em especial sobre o direito dos pacientes à presença de no mínimo um fisioterapeuta para cada dez leitos nas unidades de terapia intensiva de adultos e pediátricas, de hospitais e clínicas públicas ou privadas, nos turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 18 horas. Ante o exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de lei nº 137, de 2020.”

De agora em diante, estaremos empenhados para que o referido projeto, em breve, seja votado e aprovado no plenário desta Casa de Leis. Estamos juntos, vamos juntos nessa caminhada, nessa luta, e tenho a certeza de que Deus nos dará a vitória. Que Deus abençoe a cada um de vocês, que vocês possam viver uma excelente sexta-feira e um final de semana abençoado.

Muito obrigado a cada um de vocês. Deus abençoe. (Palmas.)

O SR. MAURÍCIO BEM ESTAR - Deputado, só um momento, pela ordem. Só corrigindo o texto: eram 18 horas. Foi feita uma emenda e agora são 24 horas. O senhor trabalhou em prol disso também.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - É verdade. O SR. MAURÍCIO BEM ESTAR - São 24 horas, fisioterapeutas nas UTIs adultas, pediátricas e neonatais também. Foi redigido o texto com a emenda. Só para contribuir aqui.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - É verdade, a emenda foi de nossa autoria. O projeto inicial era de 18 horas. Bem lembrado pelo nosso querido aqui.

Obrigado, Maurício.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS - ALINE HERRERA - Convidamos neste momento o deputado estadual Carlos Cezar para que se posicione ao lado da tribuna para que receba uma placa de homenagem das mãos da Dra. Renata Gonçalves Mazetti.

A SRA. RENATA GONÇALVES MAZETTI - Bom dia a todos, a todas. É um prazer estar aqui. Muito obrigada pela oportunidade. Aqui vamos homenagear o coordenador da frente parlamentar, que aceitou, de coração aberto, favorecer a nossa categoria, as nossas categorias, a fisioterapia e a terapia ocupacional.

A placa diz: “Frente Parlamentar de Valorização da Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado de São Paulo. Cinco de agosto de 2022, às 10 horas, no Plenário Juscelino Kubitschek, da Alesp. Evento de lançamento da Frente Parlamentar”. É um marco histórico para a fisioterapia e a terapia ocupacional do estado de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Eu que agradeço. (Palmas.)

* * *
- É entregue a placa.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Obrigado, Dra. Renata. Deus abençoe. Obrigado a vocês. (Palmas.)

Senhores, esgotado o tempo desta sessão, quero, antes de dar por encerrada esta sessão, mais uma vez, agradecer a presença de cada um de vocês, agradecer a presença da banda que tocou para nós, a presença do nosso vereador Maurício Bem Estar, da Dra. Renata Gonçalves Mazetti, do Dr. Raphael Martins, presidente do conselho regional, Crefito, a presença do Rivaldo Rodrigues, presidente do Conselho Deliberativo da Beneficência Portuguesa, dos vereadores Francine, de Campina do Monte Alegre, Tiago Quirino, de Angatuba, também do nosso querido vereador Rogério Moreira dos Santos, de Itapevi, da Dra. Patrícia, nossa querida vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, dos membros da diretoria, conselheiros e delegados do Crefito-3, dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais e de todos que se fizeram presentes. Nossa gratidão a cada um de vocês.

Esgotado o objeto da presente sessão, eu agradeço às autoridades, à minha equipe, aos funcionários da Casa, aos funcionários do serviço de som, da taquigrafia, fotografia, do serviço de Atas, do Cerimonial, da Secretaria Geral Parlamentar, da imprensa da Casa, da TV Alesp, das Assessorias Policiais Militar e Civil, bem como a todos que, com suas presenças, colaboraram para o pleno êxito desta solenidade.

Agradecendo a Deus, e pedindo a benção Dele sobre cada um de nós, que Deus abençoe a todos.

Está encerrada esta solenidade. Muito obrigado. Que Deus abençoe. (Palmas.)

* * *
- Encerra-se a sessão às 10 horas e 52 minutos.

5 DE AGOSTO DE 2022 72ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Comenta o discurso do deputado Coronel Telhada.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Endossa o discurso do deputado Carlos Giannazi.
6 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
8 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e rebate o expediente.

Imediatamente, início a leitura dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamando à tribuna o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Janaina Paschoal. Não farei uso da palavra. Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Nobre deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Presidente, deputada Janaina Paschoal, deputados Gil Diniz e Carlos Giannazi, como sempre os mesmos aqui na Casa, principalmente em época de pré-campanha, mas estamos aí.

Hoje é dia cinco de agosto, sexta-feira. Começamos nossa intervenção. Ontem eu não estive aqui na Assembleia. Estive na Assembleia, mas não estive no plenário, porque estava em uma reunião externa, mas logo vim à Assembleia e trabalhamos normalmente.

A gente dá essa satisfação, porque o pessoal está acostumado a ver a gente todos os dias aqui. Esse é o ruim de trabalhar todos os dias: quando você não vem, todo mundo repara. Quem nunca aparece não é lembrado. Mas ontem nós não viemos por causa disso, estávamos em missão, mas estamos aqui novamente.

Ontem à noite nós estivemos, a convite do amigo Dr. Claudio Camargo Penteado, na posse da Abimaq/Sindimaq, prestigiando, além da posse da nova presidência, do novo grupo de presidentes, também os 85 anos da Abimac.

Parabéns a todos os amigos e amigas. Eu estive com o meu filho, capitão Telhada, nesse evento. Parabéns a todos que trabalham na indústria de máquinas no Brasil.

Eu quero fazer uma alusão, Sra. Presidente. Eu fiz uma indicação ao Sr. Governador do Estado, Rodrigo Garcia, propondo uma alteração na Lei Complementar nº 893, de 2001, em especial em alguns itens, sobre abandono ou dano de material histórico nos quartéis, principalmente.

Temos muitos comandantes que não dão o devido valor ao material histórico. Tem material que está sendo extraviado, perdido, jogado fora, danificado. Isso, no meu entendimento - eu que cultuo a história, cultuo as tradições -, é um crime.

Então, eu fiz uma indicação e, nessa indicação, consta que “danificar, abandonar, descartar, destruir, extraviar, doar ou comercializar bem ou documento de valor histórico para a sociedade ou para a instituição, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio”.

Então, além de falta disciplinar, no meu entendimento, seria até um crime. Nós iremos até propor isso futuramente, o crime contra o patrimônio histórico estadual, patrimônio histórico público. A senhora entende melhor disso, a senhora que é douta aqui. Eu sou um simples policial militar.

Outra coisa que eu queria comentar é a seguinte: ontem, o STF - mais uma vez, o STF - fez uma... Não posso falar o que estou pensando, pois seria antieético. Fez mais uma embrulhada, mais uma “pataquada”. Essa palavra é antiga, mas muita gente deve saber o que significa.

O ministro do STF Luís Roberto Barroso, ontem, rejeitou recurso em que a defesa buscava reverter a condenação de 74 policiais militares pela ação do chamado “massacre do Carandiru”, que, no meu entendimento, não foi massacre nenhum. Se a Polícia Militar não tivesse agido, lá em 1992, ao invés de só 111 presos, teriam morrido mais de 400 ou 500 presos.

Isso aqui é um aborto jurídico. Alguns policiais militares, a condenação varia de 48 a 624 anos de reclusão. Primeiro que não se tem a qualificação de que policial agiu contra determinado preso.

Há uma série de “senões” aqui, tornando esse processo totalmente invalidado, mas devido à ideologia desses indivíduos que estão lá nesse órgão tão importante, devido à demonização da polícia e à valorização do crime aqui no Brasil, simplesmente eles não aceitam que esse processo é um aborto jurídico e continuam dando providência, continuam aceitando esse absurdo.

Então vai aqui o nosso repúdio a essa ação, a essa postura tão antidemocrática, tão ilegal do Supremo, porque, no meu entendimento, se não está previsto e não existe na lei, não é crime. É necessário rever isso aqui. Em contrapartida, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul anulou o júri que condenou quatro réus por incêndio lá na Boate Kiss.

Vejam só que interessante, a mesma Justiça injusta faz coisas que são absurdas. Naquela ação onde morreram 200 pessoas queimadas, pisoteadas, 200 jovens, 200 trabalhadores, a Justiça não toma providência e quando toma, anula. E na ação em que morreram bandidos, criminosos, a Justiça quer ser rigorosa. A quem atende a Justiça? A quem cabe a Justiça?

A quem interessa essa Justiça tendenciosa? No meu entendimento, ao crime, simplesmente isso. Então o nosso repúdio aqui pela anulação do júri que condenou quatro réus no incêndio da Boate Kiss. Lembrando que eu tenho uma lei, a Lei nº 16.110, que, aliás, temos que derrubar os vetos dessa lei. Essa lei existe, deputada Janaina, mas a punibilidade dela foi vetada.

Então é um Pitbull sem dentes; é um leão sem dentes. É a Lei nº 16.110, que dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação dos dados identificadores das empresas que prestam serviços de segurança por meio de vigilantes nos estabelecimentos em que realizam eventos, justamente para evitar uma nova Boate Kiss.

E só como comentário para fechar, Sra. Presidente, a família de um PM morto no Rio de Janeiro conseguiu ganhar na Justiça uma indenização de 200 mil reais por ele ter sido morto em serviço enquanto fazia um patrulhamento noturno. Lá, no Rio, existe um seguro que é pago aos policiais de 100 mil reais. Aqui, em São Paulo, esse seguro é de 200 mil reais.

Aliás, quero lembrar aqui à minha assessoria que na próxima semana eu estou propondo uma mudança nesse valor

para que a mudança nesse seguro seja feita em Ufesp e não em valor, porque, salvo engano, já há mais de dez anos ou quase dez anos que é o mesmo valor. Então esse seguro tem que ser pago em Ufesp, que é o mais correto e o mais justo, mas aqui, em São Paulo, nós temos um seguro de 200 mil reais.

E lá, no Rio de Janeiro, a família desse policial conseguiu ganhar essa ação de 240 mil reais por danos morais. Parabéns à Justiça do Rio de Janeiro, que atendeu o pleito dessa família, infelizmente, desse policial morto em serviço. Quero desejar a todos um ótimo final de semana; estamos trabalhando.

Muito obrigado, Sra. Presidente.
A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. E V. Exa. falando da lei de vossa autoria que foi retaliada, né? Eu me lembrei de uma lei aprovada aqui nesta Casa, obviamente com o voto de V. Exa. também, de autoria do saudoso senador Major Olimpio, que tratava da receptação de fios.

E a lei era boa, mas chegou no Palácio, foi completamente retaliada e virou absolutamente ineficaz para as finalidades buscadas. E hoje nós temos um problema sério de segurança pública, de receptação, até de crime organizado nessa área.

Então é muito triste, porque muitas vezes tem a notícia de que sancionou, mas se mata a eficácia da lei bem aprovada por esta Casa. Parabéns.

Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamo à tribuna o deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, deputada Janaina Paschoal, telespectador da TV Assembleia, ontem nós realizamos uma importante audiência pública aqui na Assembleia Legislativa. Aliás, duas, mas quero falar primeiro da que nós fizemos à tarde no Plenário Tiradentes com cirurgiões dentistas do estado de São Paulo que estão no serviço público do estado de São Paulo.

Nós estivemos, inclusive, com a presença, nós tivemos a presença do Conselho Regional de Odontologia, como representante a Dra. Maria Lúcia Portis. Veio também a representante da Associação Odontológica da Prefeitura de São Paulo, a Dra. Neide Aparecida Sales, e houve também uma aula nessa audiência pública do Dr. Fábio Ricardo Sato, que foi articulada pelo Dr. Milton Agostinho.

Nós tivemos, além disso, uma participação também de residentes dos hospitais estaduais dessa área. E a palestra versou sobre a atuação do cirurgião bucomaxilofacial no atendimento hospitalar, sobretudo na rede pública de saúde. Essa audiência foi muito importante porque nela nós retomamos a luta para a derrubada do veto ao PLC nº 34, de 2018.

Muitos se lembram de que os cirurgiões-dentistas fizeram uma ampla mobilização no Estado e conseguiram com que o Executivo, na época, em 2018, que o governador na época, Márcio França, encaminhasse um projeto de lei à Assembleia Legislativa, que foi exatamente o PLC nº 38, que foi aprovado por todos nós, todos os deputados votaram a favor.

O projeto foi aprovado, o projeto que garante a isonomia e também incorpora na carreira médica a carreira do cirurgião-dentista, projeto que tem a ver com a saúde pública odontológica do nosso Estado.

Foi uma audiência muito rica, muito importante, porém nós estamos retomando a luta pela aprovação da derrubada do veto ao PLC nº 38. E aconteceu algo um pouco inusitado em relação a esse projeto.

O projeto foi aprovado, era do Executivo, a Assembleia Legislativa aprovou, havia consenso geral na aprovação desse projeto, uma causa justíssima, porém, com a mudança de governo e a aprovação foi feita bem no final de dezembro de 2018, o governo que assumiu, o governo Doria/Rodrigo Garcia, vetou, ou para retaliar o ex-governador Márcio França ou para retaliar talvez mesmo os cirurgiões-dentistas, ou a saúde pública, ou a saúde odontológica da nossa população.

O fato é que como o projeto seguiu para sanção ou o veto em janeiro, no ano seguinte, e o governador de plantão naquele momento era o vice-governador, o atual governador Rodrigo Garcia, então o veto foi assinado pelo Rodrigo Garcia, que naquele momento estava interino, o governador interino.

Enfim depois nós tentamos, fizemos várias tentativas para derrubar esse veto, mas a base do governo, que tinha votado a favor, começou a obstruir a nossa ação aqui na Assembleia Legislativa. Então por isso que nós estamos retomando a aprovação do veto ao PLC nº 34, de 2018, deixando aqui o nosso repúdio a esse comportamento do agora governador Rodrigo Garcia, que na época vetou o projeto.

Quer dizer, o Executivo mandou o projeto para a Assembleia Legislativa, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto do Executivo e depois o Executivo vetou. Um absurdo total, isso é uma execrência, um escárnio e um atentado contra a saúde pública, contra o acesso da nossa população ao trabalho dos nossos cirurgiões-dentistas, ao atendimento odontológico na rede pública dos nossos hospitais estaduais. É disso que se trata.

Na verdade, quando o Rodrigo Garcia vetou o PLC 38, ele não estava atacando o Márcio França e só os dentistas, cirurgiões-dentistas. Ele estava atacando sobretudo a população, os 45 milhões de habitantes do estado de São Paulo.

Então nós queremos derrubar o veto imediatamente para que a população tenha acesso à saúde, ao atendimento odontológico, sobretudo nessa área dos cirurgiões-dentistas. Então faço um apelo à Assembleia Legislativa porque nós continuamos trabalhando, as eleições vão acontecer só no dia 2 de outubro.

Enquanto isso, nós temos mandatos, nós temos que continuar aprovando projetos de deputados, do governo, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, os projetos que estão tramitando aqui na Assembleia Legislativa. Eles são importantes, a Assembleia não pode ficar paralisada.

Então a nossa luta também é pela derrubada imediata do veto ao PLC nº 34. Quero agradecer muito às pessoas que compareceram ontem na nossa audiência pública, a aula que foi dada pelo Dr. Fábio Raimundo Sato e um agradecimento muito especial ao grande idealizador dessa audiência pública, desse encontro, que foi o Dr. Milton Agostinho. Nós vamos continuar com essa luta na Assembleia Legislativa pela imediata derrubada do veto ao PLC nº 34.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. É importantíssima a pauta trazida por Vossa Excelência. Inclusive, há cerca de duas semanas atendi um professor de uma escola pública de Itapecerica da Serra que trouxe justamente o pleito de um PL para que nós tenhamos atendimento por dentistas nas escolas.

Ele relatou vários episódios de crianças faltando à aula por dor de dente e, muitas vezes, os pais são chamados, mas não têm condições, o posto não tem profissional. Então essa pauta da saúde bucal é da maior relevância.

Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Marcos Damásio. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.)

Abriendo a Lista Suplementar de oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - De volta à tribuna no dia de hoje, Sra. Presidente, gostaria de comemorar junto com os profissionais da enfermagem a aprovação, ontem, e a própria sanção do Projeto de lei 2564, de 2020, que instituiu, agora sim, de fato, o piso da enfermagem, para as enfermeiras, para os técnicos de enfermagem e também